

Uma imagem vale mais que mil palavras: um cartógrafo, um clérigo e a geopolítica antoniana (1580-1592)

A picture is worth a thousand words: a cartographer, a cleric, and
the Antonian geopolitics (1580-1592)

Thiago da Silva Pinto

Doutorando em História

Universidade Federal Fluminense (UFF)

thiagopinto@id.uff.br

Recebido: 07/05/2025

Aprovado: 27/08/2025

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as informações disponíveis na gravura intitulada *Genealogia regum Portugalliae*, publicada em 1592, tratando-a como um instrumento de comunicação visual eficaz em seu tempo. Em 19 de junho de 1580, D. Antonio, prior do Crato, foi aclamado rei em Santarém. A aclamação foi seguida por algumas vilas e cidades do reino. D. Antonio liderou seus apoiadores em uma resistência contra o Exército castelhano comandado pelo duque de Alba, sendo derrotado na batalha de Alcântara, em 25 de agosto de 1580. No exílio, enquanto circulava pelas cortes da França e da Inglaterra, foram produzidos diversos papéis apoloéticos favoráveis a sua causa. A gravura pode ser compreendida por esse prisma.

Palavras-chave: D. Antonio, prior do Crato; Iconologia; União Ibérica.

Abstract: This article aims to analyze the information available in the engraving entitled *Genealogia regum Portugalliae*, published in 1592, treating it as an effective visual communication instrument in its time. On June 19, 1580, D. Antonio, prior of Crato, was acclaimed king in Santarém. The acclamation was followed by some villages and cities in the kingdom. D. Antonio led his supporters in a resistance against the Castilian army commanded by the Duke of Alba, being defeated in the battle of Alcântara, on August 25, 1580. In exile, while he circulated through the courts of France and England, several apologetic papers were produced in favor of his cause. The engraving can be understood from this perspective.

Keywords: D. Antonio, prior of Crato; Iconology; Iberian Union.

Introdução

É comum encontrar em diversos manuais de História a presença de imagens. Não raro, elas são apresentadas como meros adornos decorativos. Entretanto, acima de tudo, elas são meios de comunicação visual e devem ser analisadas como tal (MAHÍQUES, 2008). Conforme Bouza Alvarez (1997), na época moderna, entre os séculos XV e XVII, havia três formas de comunicação, a saber: a oral, a icono-visual e a escrita. Diferentemente do que se poderia imaginar, as formas de comunicação oral e icono-visual não se circunscreviam aos limites da esfera popular dos iletrados. Essas três formas de comunicação se complementavam, apesar de a escrita se restringir aos letrados, que eram minoritários (BOUZA ALVAREZ, 1997).

O autor supracitado também ressalta um fator que inquietava os europeus dessa época, a saber, o grande número de línguas existentes e a diferença entre elas. O que se fazia na Europa moderna com essa diversidade de línguas? Elas foram hierarquizadas, divididas entre superiores e inferiores, criando-se assim uma escala linguística, cujo critério se encontrava na tradição bíblica. As línguas consideradas sagradas e clássicas, as quais Deus as teria utilizado para se revelar aos homens através das sagradas escrituras (hebraico, grego e latim), eram superiores, ao passo que as demais eram inferiores, como símbolos da condenação e do pecado. Essa hierarquia foi reforçada durante o Renascimento, devido à insistência no uso e imitação do latim e do grego como línguas clássicas, embora somente o latim tenha conhecido um cultivo universal, ficando as demais restritas aos círculos eruditos (BOUZA ALVAREZ, 1997).

O objeto de análise do presente artigo, a gravura intitulada *Genealogia regum Portugalliae*, apresenta duas características comuns às formas de comunicação da época moderna: o diálogo entre imagem e texto, sendo que nenhum dos dois é inteligível sem o outro, e o uso do latim como língua escolhida para a transmissão da mensagem textual. Logo, a escolha de uma língua clássica permite concluir que a publicação visava a atingir um público restrito e/ou significar autoridade pelo simples fato de estar escrita em latim.

Nosso objetivo é empreender um estudo iconológico, ou seja, oferecer uma interpretação histórica da imagem supracitada, levando em consideração seu contexto histórico e o universo cultural e político em que ela foi produzida (MAHÍQUES, 2008). Em suma, interessa-nos a mensagem que seus “autores” desejavam transmitir em seu próprio tempo. Primeiramente, precisamos saber o que motivou a produção da gravura a ser analisada.

Nascido em 1531, D. Antonio era filho natural de D. Luís de Avis, irmão de D. João III, com Violante Gomes, uma cristã-nova. Durante a crise sucessória (1578-1580), D. Antonio procurou obter com a Santa Sé o reconhecimento do casamento de seus pais, de modo que, livrando-se dessa mácula, estaria apto a se candidatar ao trono português. Em 1579, ele recebeu, através de frei Manuel de Melo, um breve que reconhecia a união matrimonial de seus pais (HERMANN, 2014).

O cardeal-rei D. Henrique, seu tio, incomodado com a situação, requisitou ao papa a suspensão do breve e que o julgamento do caso fosse entregue em suas mãos. Gregório XIII atendeu a esse pedido. Em sua sentença, o rei declarou que inexistiam provas da realização do casamento de D. Luís com Violante Gomes (HERMANN, 2014). Inconformado, D. Antonio recorreu ao sumo pontífice. Seus argumentos convenceram o pontífice a anular o parecer de D. Henrique, declarando que não o havia autorizado a julgar e sentenciar, mas apenas reunir provas (HERMANN, 2014).

O rei inutilmente protestou, solicitando a manutenção da sentença proferida. Revoltado por ter sido desautorizado, recusou-se a publicar o breve que revogava a sua decisão acerca da matéria. Desse modo, decidiu desterrar o sobrinho, dando-lhe 15 dias para se retirar do reino. A discussão sobre a legitimidade de D. Antonio acabou por ser abandonada pela Santa Sé, apesar da constante insistência do prior para que ela fosse retomada (HERMANN, 2014).

Ao cumprir a ordem do tio, D. Antonio abandonou o reino, mas retornou secretamente, revelando-se ao público somente após receber a comunicação da morte do rei, em 31 de janeiro de 1580. Estabelecendo-se em Santarém, foi aclamado rei nessa vila em 19 de junho de 1580, sendo esse rito seguido por algumas vilas e cidades do reino.

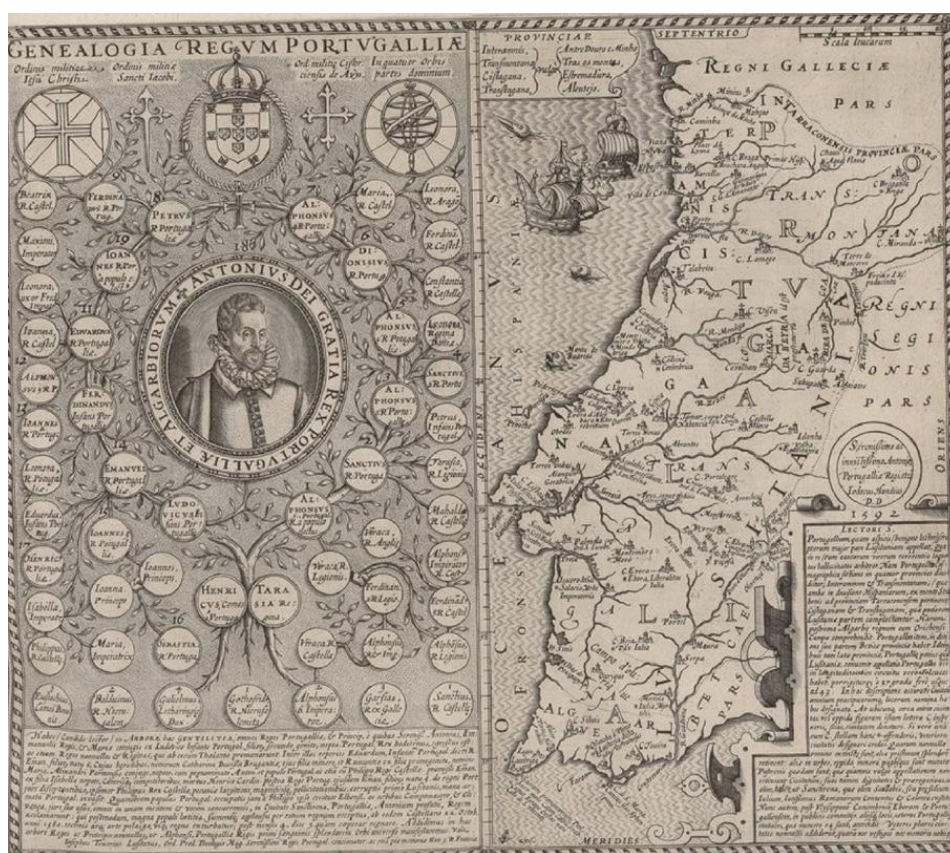
Ele liderou seus apoiadores em uma resistência contra o Exército castelhano comandado pelo duque de Alba, sendo derrotado na batalha de Alcântara, em 25 de agosto de 1580¹. Para evitar a sua captura, partiu em fuga em direção ao norte, conseguindo fugir do reino. Até o fim de sua vida, em 1595, circulou pelas cortes de França e Inglaterra, nutrindo o sonho de um dia se assentar no trono de Portugal. Partamos assim para o nosso objeto de estudo.

¹ Ao tomar ciência da aclamação de D. Antonio em Santarém, o exército castelhano invadiu Portugal pela fronteira de Badajoz-Elvas sob o comando de Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel, 3.º duque de Alba. Suas tropas avançaram com facilidade pelo território português e em poucos dias chegaram em Alcântara, onde ocorreu no dia 25 de agosto de 1580, a batalha entre o exército comandado pelo Duque contra a resistência capitaneada por D. Antonio que derrotado fugiu do campo de batalha.

Um instrumento de comunicação visual

A Figura, *Genealogia regum Portugalliae*, divide-se em duas partes. A da esquerda apresenta a genealogia dos reis de Portugal, tendo ao centro o retrato de D. Antonio, prior do Crato, circundado com os seguintes dizeres em língua latina: *Antonius Dei Gratia Rex Portugallie et Algarbiorum* (Antonio, pela graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves), apresentando-o como rei de Portugal. Nota-se também a presença das cruzes das ordens militares de Cristo, Santiago, Avis e a esfera armilar, um apanágio representativo dos monarcas portugueses desde o tempo de D. Manuel I (VAZ, 2005). À direita, encontra-se o mapa de Portugal, apresentando igualmente o predomínio do latim, com destaque para a seguinte inscrição em um círculo, acima do nome do autor Jodocus Hondius, que aparenta ser uma dedicatória: *serenissimo ac invictissimo. Antonio portugallia regi...* (Ao sereno e invencível. Rei Antonio de Portugal...). Em ambos os lados se explicita o reconhecimento de D. Antonio como legítimo rei.

Imagem 1 – Genealogia regnum Portugalliae/Iosephus Texerius Lusitanus



Fonte: Site da Bibliothèque nationale de France.

O autor do referido mapa, Jodocus Hondius (1563-1612), nasceu na região de Flandres e viveu a infância na cidade de Ghert, onde provavelmente aprendeu o ofício de gravar mapas. Aos 21 anos

de idade, fugindo dos conflitos bélicos contra a monarquia hispânica que assolavam sua terra natal, migrou para a Inglaterra, estabelecendo residência em Londres. Em 1604, já famoso, em posse das matrizes de cobre do “atlas” de autoria de Gerard Mercator² efetuou uma série de modificações com o auxílio do geógrafo Petrus Montanus, seu cunhado. Hondius adicionou 40 novos mapas de sua autoria e em 1606 editou uma nova versão desse atlas intitulada *série Mercator-Hondius*, pois a anterior se encontrava em desuso. O sucesso dessa nova edição levaria à publicação de mais quatro mapas, entre 1607 e 1611, uma em francês e três em latim (TEIXEIRA, 2008).

Parte da fama de Hondius vem do fato de ele ter sido o autor do mapa da circum-navegação feita por Francis Drake, célebre corsário inglês. Também é conhecido por ser o responsável pela produção do retrato a óleo de Drake (VAZ, 2005). Talvez não tenha sido somente por seus trabalhos como gravador que o prior do Crato veio a ter contato com Hondius, mas também pela proximidade de ambos com o corsário inglês. Desde a primeira estada de D. Antonio em solo inglês, Drake assumiu uma posição de destaque nos preparativos de uma possível ajuda bélica a sua causa, o que poderia resultar em um estreitamento dos laços entre os dois. Em algum momento, eles podem ter se conhecido ao circularem nos mesmos espaços em suas relações com Drake.

O mapa de Portugal produzido pelo gravador flamengo guarda uma singularidade em relação aos demais de sua autoria, como o da circum-navegação de Drake, marcada por atualizações advindas das sucessivas descobertas feitas pelo navegador. Acima de tudo, trata-se de um mapa histórico que busca apoiar-se em uma linguagem clássica, pois abaixo dos nomes das cidades e vilas portuguesas mais antigas se encontra a nomenclatura que elas possuíam na época da dominação romana, como Bracara Augusta, localizada logo abaixo da atual Braga. O texto latino no canto direito, na parte inferior do mapa, demonstra claramente a preocupação em historicizar a formação do reino de Portugal e conferir autoridade ao que estava sendo comunicado.

Sobre a imagem situada à esquerda, Hondius também é apontado como autor do retrato de D. Antonio que figura no centro da árvore genealógica dos reis de Portugal, sendo esse o seu único retrato produzido em vida. É bem provável que tenha sido gravado no mesmo ano de sua impressão, em 1592, no período em que D. Antonio estava em Londres, antes de seu retorno definitivo para a França a convite de Henrique IV, que lhe prometera auxílio militar contra Filipe II (VAZ, 2005). Nesse convite, frei José Teixeira provavelmente estava envolvido.

² Gerard/Gerardus Mercator (1512-1594) foi um geógrafo, cosmógrafo e cartógrafo flamengo, considerado o pai da Cartografia Moderna.

José Teixeira nasceu em Lisboa, em 1543, de origem nobre. Filho de Afonso D'afonseca e Leonor Teixeira, ingressou na Ordem de S. Domingos em 1565. Na época do desastre de Alcácer Quibir, ocupava a função de prior do convento de Santarém, assistindo *in loco* à aclamação de D. Antonio nessa vila, tornando-se um dos seus seguidores mais fiéis. Em 1582, seguiu para os Açores com a esquadra comandada por Strozzi. Feito prisioneiro na batalha da Terceira, foi levado até Lisboa, onde permaneceu em cárcere até 1583, quando fugiu, indo logo juntar-se ao prior do Crato no exílio (VAZ, 2005).

Até o fim de sua vida, em 1604, circulou pelas cortes de França e Inglaterra, defendendo a causa de seu rei até este falecer, em 1595³. Simultaneamente, ganhou prestígio na corte francesa, ocupando a função de pregador e conselheiro régio no reinado de Henrique III. Após a ascensão de Henrique IV, ele conseguiu manter-se no círculo de poder, tornando-se protegido do primeiro Bourbon a reinar sobre a França, exercendo as mesmas funções da época em que serviu a Henrique III, o último rei da dinastia de Valois (ALBUQUERQUE, 2000). Devido à notoriedade de que gozava na corte Bourbon, Henrique IV lhe incumbiu a missão de produzir a obra *Exegesis Genealogica sive explicatio arboris Gentilice Henrici IV* (TEIXEIRA, 2008), com o fito de sustentar o direito da casa de Navarra ao trono da França (SERRÃO, 1956).

Ao longo de seu exílio, produziu impressos apologéticos favoráveis a D. Antonio. Em 1582, publicou na França *De Portugalliae Ortu* (TEIXEIRA, 1582), obra na qual defende que todos os reis de Portugal haviam sido eleitos e nenhum deles ascendeu ao trono por sua linhagem sanguínea (ALBUQUERQUE, 2000). Trata-se de uma publicação em que se defende claramente a legitimidade da aclamação de D. Antonio.

Na última parte de *De Portugalliae Ortu*, José Teixeira procura demonstrar que, entre os descendentes de D. Manuel, D. Antonio gozava de maior direito ao trono dos Avis (SERRÃO, 1956), e o título dessa derradeira parte é *Genealogia Regum Portugallia* (ALBUQUERQUE, 2000), cujo conteúdo

³ Após a morte de D. Antonio, aderiu ao sebastianismo, tendo, inclusive, participado do caso do falso d. Sebastião de Veneza. Em 1601, publica, na França a obra *Adventure admirable par dessus toutes les aoutres des siecles passez & presente par laquelle il appert enidemment, Que D. Sebastian vray & legitime Roy de Portugal, incognu depuis la bataille qu'il perdit contre les infideles em Aphrique, l'na 1578 est celuy mesme que les seigneurs de Venise ont detenu prisonnier deux ans & vingdeux iours finis au XV Decembre dernier passé*. “[...] José Teixeira assume, assim como os escritos de d. João de Castro, papel central na configuração da crença sebastica, tendo o texto do dominicano uma inclinação mais política, enquanto o de Castro, mais calcado nas interpretações proféticas. [...] é necessário [...] atentar para suas especificidades: a crença na sobrevivência de d. Sebastião após a batalha e a alegação de que o Falso de Veneza era verdadeiramente o rei extraviado no Marrocos, que esteve encoberto até seu ressurgimento na Península Itálica” (ATHAIDE, 2016, p. 86)

é uma árvore genealógica dos reis de Portugal. Estamos assim ante a primeira edição da gravura situada à esquerda.

Não foi possível comparar visualmente a gravura que integra a publicação de 1582 com a versão que é objeto de análise, publicada 10 anos depois⁴. Em sua tese de doutorado, Carvalho (2018) cita brevemente as duas edições, e apesar de não se aprofundar, afirma que a segunda edição contém pormenores que a diferencia da primeira, confirmando que se tratam de duas versões da mesma imagem marcadas por um número reduzido de distinções. Podemos assim conjecturar algumas dessas discrepâncias: 1) na imagem situada à esquerda, o retrato de D. Antonio no centro da árvore genealógica, vindo a lume em 1592 pelas mãos de Jodocus Hondius, uma década após a publicação de *De Portugalliae Ortu*; 2) a dedicatória à memória de Henrique III, na última linha do texto em latim, abaixo da árvore genealógica, pois esse rei faleceu somente em agosto de 1589 e, portanto, ainda vivia em 1582.

Para compreender essa dedicatória de José Teixeira ao último rei Valois a reinar sobre a França e a importância da referida árvore genealógica, é preciso recuar ao ano de 1580, no período após a derrota de D. Antonio na fatídica batalha de Alcântara, em 25 de agosto de 1580, quando o “rei” vencido enviou à França o fidalgo António de Brito Pimentel como seu embaixador, a fim de obter apoio militar. Este, ao chegar a seu destino, foi bem recebido pela corte de Henrique III (SERRÃO, 1956).

O enviado do “rei de Portugal” oferecia até o fim da guerra a Catarina de Médicis – rainha-mãe que desde o início tomara para si no lado francês a direção das negociações – os portos da cidade do Porto e Viana do Castelo, então sob o controle do prior do Crato, e o livre comércio em todo o império colonial português (SERRÃO, 1956). Catarina de Médicis sempre deixou claro que qualquer ajuda a D. Antonio não significava desistir de seu alegado direito ao trono português.

Essa postura da rainha-mãe potencializou a necessidade de o filho do infante D. Luís provar também no plano internacional que seu direito régio não era superior somente aos descendentes de D. Manuel⁵. Desse modo decorre a presença da árvore genealógica nas versões de 1582 e de 1592. Apesar

⁴ É possível ter acesso à íntegra desta obra, *De Portugalliae Ortu*, de José Teixeira, por meio de cópias digitalizadas em diversas bibliotecas on-line, entretanto, em nenhuma delas deram importância à necessidade de digitalizar a sua parte dobrável, que é justamente a gravura *Genealogia Regum Portugalliae*.

⁵ Em Portugal não havia explicitamente uma regra que regulava a sucessão régia, o que veio a dificultar a resolução da crise sucessória. Dentre os principais candidatos, além de D. Antonio, que descendiam de D. Manuel, o Venturoso, estavam Catarina de Bragança e Filipe II, rei de Castela. D. Catarina de Bragança procurou respaldar os seus direitos, defendendo

Temporalidades, Belo Horizonte, ISSN 1984-6150 – v. 17, n. 1 (2025): Edição 43

de Catarina de Médicis ter falecido em 1588, as potências europeias não se envolveriam em um conflito cuja legitimidade da parte reclamante se assentava em uma aclamação ocorrida em Santarém, seguida por algumas cidades e vilas do reino de Portugal.

Entretanto, ciente da sua desvantagem jurídica ante os demais candidatos, “que fazia remontar os seus direitos sucessórios ao século XIII, na pessoa de D. Afonso, conde de Bolonha” (PINHO, 1991, p. 310), a rainha-mãe planejava ceder esse pretense direito a um membro de sua família. A solução seria o casamento de sua neta, Catarina, filha de Carlos III, duque de Lorena, com D. Antonio, caso seu aliado derrotasse o exército de Filipe II (SERRÃO, 1956), o que não ocorreu.

D. Antonio, após evadir-se de Portugal, desembarcou no porto de Calais, França, em junho de 1581. Mas não se demorou em solo francês, partindo em meados do mesmo mês para a Inglaterra (SERRÃO, 1956). Desesperançoso da ajuda da rainha Elizabeth I à sua causa, D. Antonio deixou a Inglaterra em 30 de setembro de 1581 em direção à França, onde as negociações mostravam-se mais frutíferas (SERRÃO, 1956). Em 1º de outubro, ele desembarcou em Dieppe, dirigindo-se em seguida para o local preparado para a sua estada (SERRÃO, 1956).

Em 22 de outubro de 1581, durante sua estada no palácio de Limours, o prior do Crato recebeu a visita de Henrique III e de Catarina de Médicis (SERRÃO, 1956). Assim como sua mãe, Henrique III em nenhum momento reconheceu os direitos de D. Antonio ao trono dos Avis. O monarca adotou a mesma estratégia de sua mãe, referindo-se ao prior do Crato como “seigneur don Antoine”, na correspondência e no encontro presencial. Nesse primeiro encontro, Henrique III explicitou o desejo de que o filho de D. Luís não ostentasse o título de rei de Portugal enquanto estivesse em solo francês para não comprometer os supostos direitos de sua mãe ao trono de Portugal (SERRÃO, 1956). Em suma, a esquadra que partiu para socorrer os Açores não representava o apoio francês à legitimidade da realeza do prior do Crato, mas a busca da garantia do pretense direito de Catarina de Médicis⁶.

que a sucessão régia deveria ser regulada pelo princípio *iure hereditario*, isto é, como filha de D. Duarte, a duquesa representaria a figura de seu pai, como se o reino estivesse passando para o falecido. Com essa manobra, ela se livraria da “desvantagem” que possuía, respaldando os seus direitos pela via masculina, colocando-se acima de Filipe II, filho de uma infanta, a saber, D. Isabel (Cunha, 1993). Contrapondo-se à duquesa, Filipe II advogava que a transmissão deveria se dar por *iure sanguinis*, ou seja, por meio do direito sanguíneo (Bouza Alvarez, 2011). Alegava que D. Duarte, por não ter sido o primogênito de D. Manuel, não detinha o direito de sucessão régia, visto que tal privilégio era reservado exclusivamente ao primeiro filho varão. Portanto, a escolha do sucessor deveria recair sobre o parente mais próximo do monarca reinante, desde que este fosse primogênito e varão, requisitos preenchidos pelo Prudente (CUNHA, 1993).

⁶ Estavam em andamento os preparativos para o envio da esquadra francesa para a Ilha Terceira. Embora Filipe II tenha facilmente conquistado o Portugal continental, o mesmo não ocorreu no Açores. Somente depois de três expedições, ao longo de 3 anos, é que o Prudente conseguiu estabelecer plenamente o seu controle sobre o arquipélago (VAZ, 2005). A frota seria comandada pelo almirante Filipe Strossi, primo de Catarina de Médicis, que, após socorrer os Açores e submeter

Para entender os motivos da reedição da gravura em 1592, resta contemplar a última tentativa de D. Antonio de conquistar Portugal, em 1589. Dessa vez com o apoio inglês. Entusiasmado com a vitória inglesa sobre a “invencível” armada em 1588⁷, o prior escreveu a Elizabeth I afirmando que não haveria momento melhor para um ataque ao Portugal continental, enquanto o poder militar do rei de Castela se encontrava comprometido devido à sua fracassada tentativa de invadir a Inglaterra (VAZ, 2005).

Em 18 de abril de 1589, a esquadra comandada por Sir Francis Drake e Sir John Norris partiu de Plymouth em direção a Portugal. No dia 26 de maio ocorreu o desembarque em Peniche, de onde as tropas inglesas marchariam até Lisboa (VAZ, 2005). Mas ao longo de quase uma década do domínio filipino sobre o reino, Filipe II executou uma eficaz estratégia para impedir uma nova adesão maciça à causa do prior: a repressão. No período após a derrota do Exército de D. Antonio, os partidários do filho de D. Luís foram presos, exilados e executados. Nem mesmo os religiosos conseguiram escapar da punição por tentarem impedir o estabelecimento da monarquia dual (VAZ, 2005).

Em Lisboa, a informação do retorno de D. Antonio causou um alvoroço na cidade, resultando em fuga desesperada de grande parte de seus habitantes. Ao que parece, para a população lusitana, o temor de uma retaliação castelhana superou a possível simpatia pela causa do prior do Crato. Apenas cerca de 200 portugueses embarcaram nessa aventura capitaneada pelo “rei” exilado. Ao chegarem à “cabeça do reino”, Lisboa, encontram-na praticamente deserta, com as tropas inglesas vendo-se obrigadas a se retirar (VAZ, 2005).

Em 10 de junho do mesmo ano, D. Antonio desembarcou em Plymouth, iniciando um período de total descrédito ante as potências europeias. Pouco depois recebeu uma missiva de Francis Walsingham, secretário de Estado inglês, aconselhando-o a deixar a Inglaterra em direção à França, pois o fato de não ter conseguido cumprir a promessa de que seu desembarque em solo português acarretaria uma revolta dos habitantes contra o rei de Castela o fez cair em desgraça na corte elisabetana

as Ilhas da Madeira e Cabo Verde, seguiria rumo a uma missão secreta. Tudo indica que o local para o qual Strossi deveria se dirigir seria a América Portuguesa (SERRÃO, 1956). Serrão (1956) não nega a verossimilhança do plano francês de se apossar da América portuguesa, nem que Henrique III tenha apoiado o plano de sua mãe. Entretanto, se recusa a cogitar a possibilidade de D. Antonio ter concordado com a cessão desse território em troca da ajuda miliar dos Valois, e conjectura que se por acaso ele tivesse conhecimento da missão secreta de Strossi teria concordado apenas com o livre comércio dos navios franceses nessa porção do império colonial português. De qualquer forma, essa é ainda uma questão em aberto, em razão de que não foram encontrados documentos que confirmam a anuência de D. Antonio com nenhuma das alternativas supramencionadas.

⁷ Com o intuito de invadir a Inglaterra e destituir Elisabeth I, Filipe II reuniu, em 1588, uma poderosa frota marítima que ficou conhecida como a “invencível” armada. A expedição resultou em fracasso, colocando em xeque a fama de invencibilidade do poderio bélico castelhano.

(VAZ, 2005). Antes mesmo de deixar a corte de Elisabeth I, D. Antonio escreveu a um de seus agentes na França para recorrer a Henrique III em busca de apoio militar. Mas o rei faleceu em agosto do mesmo ano. Esse é o contexto no qual surgiu a edição da gravura de 1592, reafirmando os direitos de D. Antonio e procurando reacender o interesse das potências europeias após duas expedições fracassadas: nos Açores, com o apoio francês, e a invasão de Portugal, sob o comando de Drake e Norris a serviço de Elisabeth I, a causa do prior, um “rei” legítimo exilado de seu reino, nas palavras de José Teixeira no texto em língua latina na imagem à esquerda abaixo da árvore genealógica. Portugal teria sido assim conquistado por um tirano por meio de suborno e pela força das armas.

A forma como se deu o estabelecimento da monarquia dual na Península Ibérica ainda suscita debate nos dias atuais. Embora a revisão acerca dessa temática empreendida por Bouza Alvarez (2011) tenha consolidado na historiografia atual a preponderância do viés diplomático, Valladares (2010) advoga que após o desaparecimento de D. Sebastião no norte da África, o rei Prudente priorizou a vertente negociadora. Entretanto, após dar-se conta da impossibilidade de concretizá-la, rumou desde o início de 1579 para o projeto da invasão de Portugal e em momento algum retrocedeu. Para esse historiador, a união “[...] resultou em grande medida de negociação, mas foi também imposta, em não menor grau, por uma conquista militar [...]” (VALLADARES, 2010, p. 26). Mas não se pode negar que o sucesso de Filipe II está ligado à via diplomática, pela qual cooptou grande parte da nobreza, e também pela via militar, que suprimiu a oposição liderada por D. Antonio.

Um espelho da geopolítica europeia do fim do século XVI

A cópia digital da gravura que utilizamos, disponível on-line na Biblioteca Nacional da França⁸, apresenta em sua descrição informações bibliográficas lacônicas. Nada se diz sobre o impressor e o local de impressão. A julgar pelo ano de sua produção, 1592, conjectura-se que José Teixeira esteve diretamente envolvido em sua confecção, pois nesse ano ele publicara novamente a obra de defesa dos direitos de Henrique IV ao trono francês, tendo se deslocado até os Países Baixos para efetuar a segunda impressão do referido opúsculo (ALBUQUERQUE, 2000). Poderia a gravura ter sido

⁸ A pesquisa iniciou-se com a análise do exemplar da coleção Barbosa Machado referente aos Retratos dos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal depositada na Biblioteca Nacional do Brasil (FBN): *Retratos dos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*, Tomo I (SEM COTA). Seguida da consulta aos Anais da Biblioteca Nacional e completada pela cópia digital da Biblioteca Nacional da França (BNF). Optamos por utilizar a cópia da BNF por ela possuir uma digitalização de melhor qualidade.

também impressa nos Países Baixos? Não sabemos. Outra questão em aberto é se a gravura foi impressa separadamente ou como parte de uma obra.

Apesar de todas essas lacunas, a gravura se revela como um espelho da geopolítica europeia do fim do século XVI. Para Filipe II, a incorporação de Portugal aos seus reinos mostrava-se importante na obtenção de uma vantagem na luta pelo domínio do Atlântico contra as demais potências europeias. No último quartel desse século, Portugal se revelava como a porta de entrada inglesa na Península Ibérica, por conseguinte no império colonial espanhol. As ligações do reino vizinho com os Países Baixos também causavam preocupação ao rei Prudente. Portanto, ao assumir o trono dos Avis, o rei de Castela poderia combater com maior eficácia as incursões marítimas desses rivais supramencionados (VAZ, 2005).

O arquipélago dos Açores não era apenas o último reduto dos partidários do prior do Crato, era também um local de passagem, parada obrigatória para as naus que vinham das Américas, tanto portuguesa quanto espanhola, carregadas de mercadorias valiosíssimas. Em suma, as batalhas que tiveram lugar no mar dos Açores revelavam-se como mais um capítulo na disputa entre as potências europeias pelo controle do Atlântico (VAZ, 2005).

Nesse jogo de relações internacionais, a causa do prior do Crato foi usada como subterfúgio pelos rivais de Filipe II em sua luta contra a expansão do império Habsburgo. D. Antonio aproveitou-se dessa conjuntura política para transitar pelas cortes de França e Inglaterra, tentando unir esses rivais em um esforço conjunto contra um inimigo comum, algo que teria conseguido se Henrique III tivesse aceitado a condição primária de Elisabeth I para ingressar no projeto do filho de D. Luís contra o rei Prudente: o estabelecimento de um pacto de defesa mútua caso um dos dois reinos fosse alvo de retaliação militar castelhana. Porém, Henrique III se negou a estabelecer tal aliança (SERRÃO, 1956). Em suma, levando-se em consideração suas condições adversas durante o exílio, principalmente financeiras, D. Antonio conseguiu fazer muito em comparação ao que podia oferecer de concreto em troca. Se por um lado lhe faltava habilidade militar; por outro, não se deve desprezar seus méritos no campo diplomático⁹.

Ao longo do texto, vimos, através da análise parcial da gravura intitulada *Genealogia regum Portugalliae*, quantas informações de ordem visual e escritas podem ser contextualizadas de modo mais fino, lendo por dentro e por fora as imagens históricas. Longe de serem um simples ornamento

⁹ Uma de suas proezas no campo diplomático foi ter conseguido casar o seu primogênito, D. Manuel de Portugal, com D. Emília, condessa de Nassau, filha de Guilherme de Nassau, o príncipe de Orange (VAZ, 2005).

ilustrativo, elas podem ser compreendidas como meios de comunicação. Os documentos visuais possuem, não raro, muitas informações a nos oferecer.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Martim de. Acerca de Fr. José Teixeira e da Teoria da Origem Popular do Poder. In: **Estudos de Cultura Portuguesa**, v. 2, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.
- ATHAIDE, Filipe Duret. Frei José Teixeira, defensor do Falso de Veneza: sebastianismo e cultura política na Europa setecentista. In: **Temporalidades** – Revista de História. Edição 22, v. 8, n. 3 (set./dez. 2016).
- BOUZA ALVAREZ, Fernando. **Del escribano a la biblioteca**. La civilización escrita europea em la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII). Madrid: Sintesis, 1997.
- BOUZA ALVAREZ, Fernando. **D. Filipe I**. Círculo de Leitores, 2011, p. 65.
- CARDIM, Pedro. **Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998,
- CARVALHO, Daniel Pimenta Oliveira de. **Diplomatie, information et publication. Les stratégies des ambassades de la Restauration portugaise en France (1641-1649)**. 2018. 406f. Tese (Doutorado) – Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França, 2018.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I**. Círculo de Leitores, 2008.

CUNHA, Mafalda Soares Da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MATTOSO, J. (dir.). **História de Portugal**. Vol. III – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Joaquim Romero Magalhães (coord.). Mem Martins: Círculo de Leitores, 1993.

GOIS, Damião de. **Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel**. Vol. 1. Lisboa: em casa de Francisco Correa, 1566-1567.

HERMANN, Jacqueline. Um papa entre dois casamentos: Gregório XIII e a Sucessão de Portugal (1578-80). **Portuguese Studies Review**. 22 (2) 2014, p. 3-38.

HERMANN, Jacqueline. Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antonio, Prior do Crato. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2010, v. 30, n. 59, p. 141-166.

MAHÍQUES, Rafael García. Iconografía e Iconología. Volumen 1. In: **La historia del arte como historia cultural**. Madrid: Ediciones Ecuentero, 2008.

MATTOSO, José. (dir.). **História de Portugal**. Vol. III – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Joaquim Romero Magalhães (coord.). Mem Martins: Círculo de Leitores, 1993

PINHO, Sebastião Tavares de. D. Jerônimo Osório e a crise de 1580: em torno da Defensio sul nominis, da Carta notable e de outros documentos afins. In: **Revista Humanita**. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos. Vols. XLIII-XLIV, 1991.

Retratos dos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal, Tomo I (SEM COTA).

SERRÃO, Joaquim. Veríssimo. **O reinado de D. Antonio, Prior do Crato (1580-1582)**. Coimbra, Vol. I, 1956, p. XXXVI, nota 57.

TEIXEIRA, Dante Martins. A “America” de Jodocus Hondius (1563-1612): um estudo das fontes iconográficas. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, (46), 81-122. 2008.

TEIXEIRA, Félix; LUCENA, Afonso de. **Allegações de Direito, que se offereceram ao muito alto, e muito poderoso Rei Dom Henrique nosso senhor na causa da sucessão destes reinos por parte da Senhora Dona Catherina, sua sobrinha, filha do Inffante dom Duarte, seu irmão, a 22 de outubro de MDLXXIX**. Almeirim, 1580.

TEIXEIRA, José. (1543-1605). **Auteur du texte**. Genealogia *regnum Portugalliae*/Iosephus Texerius Lusitanus; Jodocus Hondius, 1592.

TEIXEIRA, José. **De Portugalliae ortu, regni initiis**: et denique de rebus a regibus, universoque Regno praeclarè gestis, compendium; ex fidelibus spectatissimorum Historicorum monimētis excerptum, Paris, Jean Mettayer, 1582.

TEIXEIRA, José. **Exegesis Genealogica sive explicatio arboris Gentilice Henrici IV**, Lião, 1592.

VALLADARES, Rafael. **A Conquista de Lisboa**: violência militar e comunidade política em Portugal (1578-1583). Texto Editoras, 2010, p. 26.

VAZ, João Pedro. **Campanhas do prior do Crato (1580-1589)**. Entre reis e corsários pelo trono de Portugal. Lisboa, Tribuna, 2005.